



Banco Societe Generale Brasil S.A.

(pertencente ao Sistema Financeiro Societe Generale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrazil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Societe Generale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Societe Generale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Societe Generale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1,35 bilhão (R\$ 1,32 bilhão em 31 de dezembro de 2017) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 21,64% (27,07% em 31 de dezembro de 2017) – Índice alcançado de Basileia. O Banco apresentou um lucro de 31,9 milhões no exercício de 2018, seguindo tendência positiva com resultado positivo no segundo semestre de 2017 após o processo de encerramento das atividades do setor de financiamento ao consumidor concluído em dezembro de 2017.

A Administração do Grupo Societe Generale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019

BALANÇO PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		27.371.917	11.901.980	CIRCULANTE		26.332.082	10.793.448
Disponibilidades	5	64.603	35.761	Depósitos	15	423.706	465.652
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	9.494.631	5.565.275	Depósitos à vista		6.201	13.111
Aplicações no mercado aberto		9.332.515	5.226.914	Depósitos interfinanceiros		-	152.807
Aplicações em depósitos interfinanceiros		162.116	338.361	Depósitos a prazo		417.505	299.734
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.578.746	1.118.627	Captações no mercado aberto	16	563.374	1.078.043
Carteira própria		484.512	708.022	Carteira de terceiros		445.109	801.959
Vinculados à prestação de garantias		891.822	176.349	Carteira de Livre Movimentação		118.265	276.084
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	202.412	234.256	Relações interdependências		6.232	70.126
Relações interfinanceiras		1.501	1.294	Recursos em trânsito de terceiros		6.232	70.126
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		209	288	Obrigações por empréstimos e repasses	17	10.191.792	4.506.889
Créditos vinculados - Correspondentes		1.292	1.006	Empréstimos no exterior		10.190.326	4.506.245
Operações de crédito		572.540	163.804	Repasses do exterior		157	185
Operações de crédito - setor privado	9.a	575.063	166.009	Repasses do País - FINAME		1.309	459
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	10	(2.523)	(2.205)	Instrumentos financeiros derivativos		296.489	228.385
Outros créditos		15.659.896	5.016.761	Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	296.489	228.385
Carteira de câmbio	11	15.282.788	4.934.351	Outras obrigações		14.850.489	4.444.353
Rendas a receber		475	260	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		116	12
Negociação e intermediação de valores	8	-	5	Carteira de câmbio	11	14.672.455	4.301.455
Diversos	12.a	391.295	102.265	Fiscais e previdenciárias	12.b	57.492	110.771
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	(14.662)	(20.120)	Negociação e intermediação de valores	8	63.844	11.707
Outros valores e bens		-	458	Diversas	12.c	56.582	20.408
Outros valores e bens		-	458	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.376.833	3.648.332
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.567.742	3.744.856	Depósitos	15	64.420	258.739
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	152.020	276.141	Depósitos interfinanceiros		55.443	118.065
Aplicações em depósitos interfinanceiros		152.020	276.141	Depósitos a prazo		8.977	140.674
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	662.136	628.295	Obrigações por empréstimos e repasses	17	288.462	631.813
Carteira própria		8.229	194.256	Empréstimos no exterior		287.959	627.071
Vinculados à prestação de garantias		290.965	111.764	Repasses do exterior		-	141
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	362.942	322.275	Repasses do País - FINAME		503	4.601
Operações de crédito		159.763	341.507	Instrumentos financeiros derivativos		475.275	274.417
Operações de crédito - setor privado	9.a	159.763	341.507	Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	475.275	274.417
Outros créditos		2.593.823	2.498.913	Outras obrigações		2.548.676	2.483.363
Carteira de câmbio	11	2.066.879	2.046.877	Carteira de câmbio	11	2.153.626	2.028.228
Diversos	12.a	526.944	452.036	Fiscais e previdenciárias	12.b	30.961	68.388
PERMANENTE		122.387	114.352	Diversas	12.c	364.089	386.747
Investimentos		119.439	110.587	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	18	1.081	1.886
Participações em controladas	14	119.419	110.566	Resultado de exercícios futuros		1.081	1.886
Outros investimentos		20	21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	1.352.050	1.317.522
Imobilizado de uso		2.948	3.765	Capital social		2.956.929	2.956.929
Imóveis de uso		-	3	Reserva de capital		2.294	2.294
Outras imobilizações de uso		11.961	12.941	Ajustes de avaliação patrimonial		9.474	6.878
Depreciações acumuladas		(9.013)	(9.179)	Lucros/(Prejuízos) acumulados		(1.616.647)	(1.648.579)
TOTAL DO ATIVO		31.062.046	15.761.188	TOTAL DO PASSIVO		31.062.046	15.761.188

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2º semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		238.964	1.629.632	511.580
Operações de crédito		38.733	63.006	37.795
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		294.539	569.651	719.290
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e.	(94.308)	996.975	(245.505)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(180.156)	(1.461.560)	(275.521)
Operações de captações no mercado		(48.029)	(95.315)	(207.151)
Operações de empréstimos e repasses		20.708	(1.166.025)	(356.955)
Resultado de operações com câmbio		(153.075)	(200.724)	288.584
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(148)	(146)	(1.327)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	388	650	(8.672)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		58.808	168.072	226.059
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(105.377)	(176.284)	(202.242)
Receitas de prestação de serviços		5.571	20.352	16.506
Resultado de participações em controladas e coligada	14	5.198	8.783	(83.542)
Despesas de pessoal		(58.611)	(110.686)	(71.711)
Outras despesas administrativas	22	(36.939)	(71.300)	(56.522)
Despesas tributárias		(5.309)	(12.793)	(15.338)
Outras receitas operacionais	23	56.290	95.252	64.322
Outras despesas operacionais	24	(71.577)	(105.892)	(55.957)
RESULTADO OPERACIONAL		(46.569)	(8.212)	23.817
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.151	11.502	824
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(44.418)	3.290	24.641
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	(1.349)	28.642	(63.619)
Provisão para imposto de renda corrente		(8.813)	(1.453)	(33.017)
Provisão para contribuição social corrente		(8.307)	(7.332)	(27.756)
Imposto diferido		15.771	37.427	(2.846)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(45.767)	31.932	(38.978)
Lucro (Prejuízo) por ação		(45,00)	31,40	(38,33)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.956.929	2.018	2.924	(1.609.572)	1.352.299
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas - Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-
- Controlador	-	206	-	-	206
- Controladas	-	70	-	-	70
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	3.954	(12)	3.942
Prejuízo do exercício	-	-	-	(38.978)	(38.978)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.956.929	2.294	6.878	(1.648.579)	1.317.522
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.956.929	2.294	6.878	(1.648.579)	1.317.522
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-
- Controlador	-	(116)	-	-	(116)
- Controladas	-	116	-	-	116
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	2.596	-	2.596
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.932	31.932
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.956.929	2.294	9.474	(1.616.647)	1.352.050
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	2.956.929	2.187	7.826	(1.570.880)	1.396.062
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-
- Controlador	-	44	-	-	44
- Controladas	-	63	-	-	63
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	1.648	-	1.648
Prejuízo do semestre	-	-	-	(45.767)	(45.767)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.956.929	2.294	9.474	(1.616.647)	1.352.050

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Banco Societe Generale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societe Generale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Societe Generale Corporate & Investment Bank (Paris-França). A partir da decisão do Grupo Societe Generale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido à Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. O Banco Cacique

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		(45.767)	31.932	(38.978)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		148.866	1.342.836	76.429
Depreciações e amortizações		871	1.777	1.474
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(148)	(150)	1.327
Provisão para perdas com outros créditos		388	126	8.672
Atualização de depósitos judiciais		-	-	(25.778)
Constituição de provisão para riscos	13 (ii)	(19.040)	(10.079)	(5.377)
Impostos diferidos		(15.771)	(37.427)	2.846
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos		186.027	1.394.847	5.546
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		1.755	2.596	3.954
Provisão para pagamento de plano de ações		(18)	(71)	206
Resultado de participação em controladas		(5.198)	(8.783)	83.542
Ajustes de exercícios anteriores em controladas		-	-	17
Lucro líquido ajustado		103.099	1.374.768	37.451
Variação de ativos e obrigações		2.875.489	2.298.626	974.893
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(3.813.574)	(3.812.825)	(1.145.998)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(491.137)	(485.137)	(458.167)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		(8.464)	(69.006)	38.826
Aumento em operações de crédito		(13.093)	(226.842)	(465.526)
Aumento em outros créditos		(6.382.887)	(9.787.524)	(477.279)
(Aumento) redução em outros valores e bens		-	458	(458)
Aumento (redução) em depósitos		63.992	(236.265)	(335.137)
Aumento no mercado aberto		2.925.397	3.144.096	1.051.827
Aumento em obrigações por empréstimos		3.848.889	4.191.445	2.233.839
Aumento em outras obrigações		6.719.529	9.320.892	211.790
Aumento em instrumentos financeiros derivativos		27.597	260.139	321.672
Redução em resultados de exercícios futuros		(760)	(805)	(496)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.978.588	3.673.394	1.012.344
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas	14	-	-	(10.000)
Alienação de investimentos em controladas		-	-	53.300
Aquisição de imobilizado de uso		(838)	(1.062)	(1.802)
Alienação de imobilizado de uso		70	102	7
Alienação de outros investimentos		-	1	5
Incorporação de controladas		-	-	251.900
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(768)	(959)	293.410
AUMENTO DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO				



Banco Societé Générale Brasil S.A.

(pertencente ao Sistema Financeiro Societé Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução nº 4.534/16; f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e l) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 19 de fevereiro de 2019.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisões para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos disponíveis para negociação; • Títulos mantidos para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Carteira de câmbio** - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pro-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)** - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **h) Investimentos** - • As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip - Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo. **i) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **j) Depreciações** - Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%. **k) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **l) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **m) Depósitos, captações, no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporem benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **p) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **q) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Resultado por ação** - A divulgação do lucro/prejuízo por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pela quantidade total de ações. **s) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Societé Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Societé Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios. A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CFO e à alta administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolução 4.557 está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br. **I. Risco de crédito** - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado** - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional** - Conforme a Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 25); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e suas alterações posteriores, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, e suas alterações posteriores, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. **V. Risco de capital** - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme appetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de

seus impactos no capital; As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

	2018	2017
Disponibilidades	64.603	35.761
Aplicações no mercado aberto	8.227.012	4.568.247
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.172	15.172
Total	8.291.615	4.619.180

	A vencer até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Em 31 de dezembro de 2018									
Aplicações no mercado aberto	9.332.515	-	-	-	-	-	-	-	9.332.515
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48.318	113.798	152.020	-	-	-	-	-	314.136
Total	9.380.833	113.798	152.020	-	-	-	-	-	9.646.651

	A vencer até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Em 31 de dezembro de 2017									
Aplicações no mercado aberto	5.226.914	-	-	-	-	-	-	-	5.226.914
Aplicações em depósitos interfinanceiros	208.790	129.571	237.395	-	38.746	-	38.746	-	614.502
Total	5.435.704	129.571	237.395	-	38.746	-	38.746	-	5.841.416

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 por categoria:

	2018		2017	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	492.190	492.741	880.212	902.278
Títulos para negociação:	384.012	384.537	688.001	697.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.198	15.204	31.808	31.822
Letras do Tesouro Nacional - LTN	253.345	253.774	442.762	443.359
Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.469	115.559	213.431	221.844
Títulos disponíveis para venda:	108.178	108.204	192.211	205.253
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.226	8.229	7.377	7.380
Letras do Tesouro Nacional - LTN	99.952	99.975	184.834	197.873
Vinculados à prestação de garantias:	1.166.400	1.182.787	280.510	288.113
Títulos para negociação:	858.906	859.573	74.632	74.717
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	790	790	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	826.721	827.304	68.527	68.585
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.395	31.479	6.105	6.132
Títulos disponíveis para venda:	307.494	323.214	205.878	213.396
Letras do Tesouro Nacional - LTN	253.578	269.289	153.708	161.219
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.667	21.676	21.863	21.870
Cotas de fundos de investimento	32.249	32.249	30.307	30.307
Total	1.658.590	1.675.528	1.160.722	1.190.391

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Papel	2018				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MTM	Imposto de Renda	Saldo MTM líquido de imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.893	29.905	12	(5)	7
Letras do Tesouro Nacional - LTN	353.530	369.264	15.734	(6.294)	9.440
Cotas de fundos de investimento	32.249	32.249	-	-	-
Total	415.672	431.418	15.746	(6.299)	9.447

Papel	2017				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MTM	Imposto de Renda	Saldo MTM líquido de imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.240	29.250	10	(5)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	338.542	359.092	20.550	(9.247)	11.303
Cotas de fundos de investimento	30.307	30.307	-	-	-
Total	398.089	418.649	20.560	(9.252)	11.308

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	-	-	-	30.307	30.307
A vencer até 3 meses	1.244.110	132.224	1.376.334	771.742	-	771.742
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	-	82.322	82.322
A vencer entre 1 e 3 anos	-	231.919	231.919	-	276.770	276.770
A vencer entre 3 e 5 anos	-	67.275	67.275	-	29.250	29.250
Total	1.244.110	431.418	1.675.528	771.742	418.649	1.190.391

d) Composição por emissor

	2018		2017	
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda
Títulos para negociação	1.244.110	771.742	1.244.110	771.742
Públicos	1.244.110	771.742	1.244.110	771.742
- Governo Federal	1.244.110	771.742	1.244.110	771.742
Títulos disponíveis para venda	431.418	418.649	431.418	418.649
Públicos	399.169	388.342	399.169	388.342
- Governo Federal	399.169	388.342	399.169	388.342
Privado	32.249	30.307	32.249	30.307
Cotas de fundos de investimento	32.249	30.307	32.249	30.307
Total	1.675.528	1.190.391	1.675.528	1.190.391

e) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstros a seguir a relação dos swaps por indexador: **e.1) "Swap", NDF e Opções**

Em 31 de dezembro de 2018 Swaps e NDF's

Indexador	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão		
	Curva	Mercado	Total
CDI x DÓLAR	10.000 (853)	(837)	9.163
CDI x EURO	150.000 (6.492)	(5.853)	144.147
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	103.825 (5.235)	(5.832)	98.590
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	501.500 (51.350)	(50.589)	450.911
CDI x PRÉ	812.276 (26.820)	(78.328)	733.956
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	82.668 (293)	(1.552)	81.116
DÓLAR (NDF)	1.125.589	6.467	4.198
DÓLAR x CDI	92.400	371	281
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	159.068	32.310	31.650
DÓLAR x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	97.257	(252)	(1.257)
EURO (NDF)	550.317	(11.110)	(873)
LIBOR US\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	542.060	336	(1.948)
LIBOR US\$ 6M x Dólar (Fluxo de caixa)	504.487	171	(3.191)
PRÉ (NDF)	2.546.962	(8.263)	3.644
PRÉ x CDI	3.046		



Banco Société Générale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrazil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionada)

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	2018		2017	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	15.052.920	(46.330)	7.690.046	(12.812)
DI	5.327.178	90	3.150.305	1.394
Dólar	1.394.468	(3.652)	3.288.692	165
Total	21.774.566	(49.892)	14.129.043	(11.253)

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 269.289 (R\$ 89.894 em 2017). Os contratos de "swap", NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2018

	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
"Swap"	903.814	1.959.273	4.157.937	1.235.673	292.422	8.549.119
Operações a Termo NDFs	1.979.179	1.702.429	258.037	270.621	12.601	4.222.867
Futuros	12.352.622	4.284.086	4.028.713	1.031.431	77.714	21.774.566
Opções	-	113.337	934.281	-	-	1.047.618
Total	15.235.615	8.059.125	9.378.968	2.537.725	382.737	35.594.170

Em 31 de dezembro de 2017

	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
"Swap"	402.241	674.614	2.827.897	1.082.473	98.582	5.085.807
NDFs	891.091	670.266	574.781	334.561	19.116	2.489.815
Futuros	9.229.280	910.929	2.699.696	1.175.468	113.670	14.129.043
Opções	-	-	53.334	-	-	53.334
Total	10.522.612	2.255.809	6.155.708	2.592.502	231.368	21.757.999

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os seguintes resultados:

	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
NDF	127.528	176.955	14.946	50.909
Swap	63.360	(196.667)	24.952	(25.743)
Mercado futuro	(285.196)	1.016.687	(180.205)	(269.810)
Opções	-	-	-	(861)
Total	(94.308)	996.975	(140.307)	(245.505)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa

	2018		2017	
	Valores de Mercado (BRL)	Valores de Mercado (BRL)	Valores de Mercado (BRL)	Valores de Mercado (BRL)
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(420.463)	-	(446.622)	-
DDI	417.213	(395.526)	442.508	(466.704)
DI	-	361.509	-	441.816

Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)..... 44 (8.055)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa 40% (em 2017 45%)..... (18) 3.625

e.4) Cotas de fundo de investimento - As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2018	2017
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Participação	1,445%	1,445%
Saldo	32.249	30.307

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2018	2017
Operação:		
Prêmio de opção	-	5
Total	-	5

b) Passivo - Outras obrigações

	2018	2017
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	49.892	11.253
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	73	443
Valores a liquidar	13.879	11
Total	63.844	11.707

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	242.900	191.249
Financiamentos	491.926	316.267
Total das operações de crédito	734.826	507.516
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	665.033	545.310
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	16.298	11.570
Outros créditos - títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 12)	228.359	51.792
Total de outros créditos	909.690	608.672
Total do risco da carteira	1.644.516	1.116.188

b) Diversificação por atividade:

	2018	2017
Sector privado:		
Indústria	950.957	749.303
Comércio	401.251	156.967
Instituições financeiras	24.911	-
Pessoas físicas	356	251
Prestação de serviços	249.119	198.479
Outros serviços	17.922	11.188
Total	1.644.516	1.116.188

c) Vencimento:

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	2.628	0,16	11.295	1,01
A vencer até 3 meses	243.448	14,80	161.224	14,44
A vencer de 3 a 12 meses	1.188.806	72,29	575.203	51,53
A vencer de 1 a 3 anos	170.040	10,34	366.245	32,81
A vencer de 3 a 5 anos	39.594	2,41	2.221	0,21
Total	1.644.516	100,00	1.116.188	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	329.910	20,06	309.070	27,69
10 seguintes maiores devedores	1.033.248	62,83	711.821	63,77
20 seguintes maiores devedores	224.083	13,63	88.064	7,89
50 seguintes maiores devedores	53.811	3,27	7.233	0,65
100 seguintes maiores devedores	3.464	0,21	-	-
Total	1.644.516	100,00	1.116.188	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2018			2017		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	890.026	-	890.026	462.375	-	462.375
A	0,50%	370.838	-	370.838	307.533	-	307.533
B	1,00%	354.840	930	355.770	319.047	242	319.289
C	3,00%	15.394	100	15.494	4.192	166	4.358
D	10,00%	-	1.075	1.075	-	5.467	5.467
E	30,00%	-	-	-	-	355	355
F	50,00%	-	212	212	-	-	-
G	70,00%	27	-	27	-	-	-
H	100,00%	10.765	309	11.074	11.745	5.066	16.811
Total		1.641.890	2.626	1.644.516	1.104.892	11.296	1.116.188

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	2018		2017	
		Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	890.026	-	462.375	-
A	0,50%	370.838	1.854	307.533	1.538
B	1,00%	355.770	3.557	319.289	3.193
C	3,00%	15.494	466	4.358	131
D	10,00%	1.075	109	5.467	546
E	30,00%	-	-	355	106
F	50,00%	212	106	-	-
G	70,00%	27	19	-	-
H	100,00%	11.074	11.074	16.811	16.811
Total		1.644.516	17.185	1.116.188	22.325

10. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2018	2017
Saldo inicial	22.325	10.463
Constituição	(504)	9.999
Reversão	(4.636)	(2.705)
Incorporação	-	4.568
Saldo final	17.185	22.325
Curto prazo	17.185	22.325
Total	17.185	22.325

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	9.224.153	3.240.739
Direitos sobre venda de câmbio	8.109.367	3.729.019
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(151)	(100)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	16.298	11.570
Total	17.349.667	6.981.228
Curto prazo	15.282.788	4.934.351
Longo prazo	2.066.879	2.046.877
Total	17.349.667	6.981.228
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	8.565.972	3.862.987
Obrigações por compra de câmbio	8.925.142	3.012.006
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação (nota explicativa nº 9 a)	(665.033)	(545.310)
Total	16.826.081	6.329.683
Curto prazo	14.672.455	4.301.455
Longo prazo	2.153.626	2.028.228
Total	16.826.081	6.329.683

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES - a) Outros créditos - diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	528	503
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	867	-
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 b)	-	3.625
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13ii) (*)	435.169	428.542
Impostos e contribuições a compensar	65.548	62.758
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (**)	228.359	51.792
Títulos e créditos a receber - sem características de crédito	185.841	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 21)	63	61
Devedores diversos no exterior (**)	944	5.582
Outros	920	1.438
Total	918.239	554.301
Curto prazo	391.295	102.265
Longo prazo	526.944	452.036
Total	918.239	554.301

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", totalizando R\$ 58.624 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 56.644 em 2017), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 135.309 (R\$ 128.377 em 2017), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 37.047 em dezembro de 2018 (R\$ 35.263 em 2017). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais trabalhistas e cíveis do Banco Cacique no montante de R\$ 75.500 e em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM no montante de R\$ 102.636. (**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21). (***) Refere-se a cessão de créditos sem cobrança.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	48.975	97.470
Impostos e contribuições a recolher	2.200	4.048
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 20 d)	37.278	77.641
Total	88.453	179.159
Curto prazo	57.492	110.771
Longo prazo	30.961	68.388
Total	88.453	179.159

c) Outras obrigações - diversas:

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i) (**)	194.314	175.101
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	141.605	178.229
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	28.043	31.146
Provisão com despesas de pessoal	16.561	15.674
Provisão para despesas de publicação	132	122
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.921	1.822
Provisão para despesas de advogados	478	41
Cretores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21 a)	36.379	27
Provisão para despesas de auditoria	2	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

contingentes classificados como risco de perda possível - Pedidos de compensação de IRRF - em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 37.047 (R\$ 35.263 em 2017); Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 - em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 51.139 (R\$ 49.329 em 2017); Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 li - em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 119.289, (R\$ 112.297 em 2017, sendo R\$ 101.000 oriundos da incorporação da CCTVM em 01/12/2017); Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 no montante de R\$ 30.526. **Trabalhistas:** Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações tra-

balhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos. **Cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundas da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil		Societé Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Total		
	2018	2017	2018	2017	2º semestre 2018	2017	2018	2017	2º semestre 2018	2017	
Informações das controladas:											
Capital social	-	-	-	-	134.398	134.398	134.398	-	90.415	-	-
Ordinárias	-	-	-	-	2.448.501	2.448.501	2.448.501	-	46.616.240	-	-
Preferenciais	-	-	-	-	2.448.501	2.448.501	2.448.501	-	46.616.240	-	-
Participações - %	-	-	-	-	100	100	100	-	100	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-	-	119.419	119.419	110.566	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício	-	-	-	-	5.198	8.783	16.242	-	(2.581)	-	-
Movimentação dos investimentos:											
Saldos no início do semestre/exercício	-	246.854	-	57.406	114.203	110.566	94.339	-	90.682	114.203	110.566
Ajuste de avaliação patrimonial	-	32	-	2	-	-	(85)	-	-	-	(51)
Outras reservas de capital	-	(63)	-	-	-	-	-	-	-	-	(63)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(95.331)	-	(4.108)	5.198	8.783	16.242	-	(345)	5.198	8.783
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	-	-	-	-	18	-	70	-	-	18	70
Aumento/(redução) de capital	-	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000
Variações Patrimoniais de incorporação	-	210	-	-	-	-	-	-	-	-	210
Incorporação do investimento (nota explicativa nº 1)	-	(161.702)	-	(53.300)	-	-	-	-	(90.337)	-	(305.339)
Saldos no final do semestre/exercício	-	-	-	-	119.419	119.419	110.566	-	119.419	119.419	110.566

O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. A Societé Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

15. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sem vencimento	6.201	13.111	-	-	-	-	6.201	13.111
Até 3 meses	-	-	12.416	9.466	152.806	12.416	162.272	162.272
De 3 meses a 1 ano	-	-	405.089	290.268	-	1.405.089	290.269	290.269
De 1 a 3 anos	-	-	8.955	139.975	55.443	118.065	64.398	258.040
De 3 a 5 anos	-	-	22	699	-	22	699	699
Total	6.201	13.111	426.482	440.408	55.443	270.872	488.126	724.391

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	A vencer até 3 meses		Total	
	2018	2017	2018	2017
Carteira de terceiros	-	-	445.109	445.109
Carteira de livre movimentação	-	-	118.265	118.265
Total	-	-	563.374	563.374

Em 31 de dezembro de 2017

	A vencer até 3 meses		Total	
	2018	2017	2018	2017
Carteira de terceiros	-	-	801.959	801.959
Carteira de livre movimentação	-	-	276.084	276.084
Total	-	-	1.078.043	1.078.043

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2018		2017	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	-	(56)	-	(64)
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	688.889	(165.773)	492.125	(5.101)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	8.517.580	(850.692)	3.566.323	(251.317)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.271.817	(148.929)	1.074.868	(100.086)
Subtotal	10.478.286	(1.165.450)	5.133.316	(356.568)
Repasse do País				
Finame	1.811	(90)	5.061	(220)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	157	(485)	325	(167)
Total	10.480.254	(1.166.025)	5.138.702	(356.955)
Curto prazo	10.191.792	-	4.506.889	-
Longo prazo	288.462	-	631.813	-
Total	10.480.254	-	5.138.702	-

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Societé Générale-New York com vencimentos até 2019 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,89% ao ano em 2018 (2,12% ao ano em 2017). (b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 2,5% ao ano em 2018 (1,75% ao ano em 2017). (c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Societé Générale-Paris, Societé Générale-New York e e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2018 (3,93% ao ano em 2017). (d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2018 (1,6% ao ano em 2017). Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e 3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 7.349 (em 2017 desfavorável em R\$ 187).

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2018	2017
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.081	1.886
Total	1.081	1.886

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social

	2018	2017
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma: **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. **c) Reserva de capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26. **d) Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o exercício de 2018 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	3.290	24.641	3.290	24.641
Alíquota vigente	25%	25%	20% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(823)	(6.160)	(658)	(4.928)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	2.195	(20.881)	1.757	(16.705)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(3.726)	(434)	(2.981)	(347)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(15.497)	(6.910)	(12.398)	(5.528)
-Incentivo fiscal	(625)	(389)	(501)	(311)
-Outras despesas não dedutíveis	1.856	1.953	(199)	(154)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	4.947	(1.345)	3.958	(1.076)
-Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos	(12.775)	(2.473)	(10.221)	(1.978)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(58)	(52)	(46)	(41)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	142	(2.407)	114	(1.926)
-Provisão para publicação de balanço	(3)	9	(1)	8
-Provisão para Transfer Price Agreements	(5.742)	-	(4.594)	-
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.966	4.156	2.373	3.325
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(161)	(61)	(127)	(49)
-Honorários advocatícios	291	90	233	71
-Provisão Garantias	535	3.987	429	3.189
-Outras diferenças temporárias	204	48	161	38
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	(26.274)	(30.869)	(22.701)	(26.412)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	19.431	(1.581)	17.996	(1.265)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	24.821	(2.148)	15.369	(1.344)
Total de imposto de renda e contribuição social	17.978	(34.598)	10.664	(29.021)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. O Banco possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 49.825 (R\$ 16.169 em 2017) e diferenças temporárias refe-

rentes a provisões não dedutíveis de R\$ 591.115 (R\$ 587.919 em 2017), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15% em dezembro de 2018 e 20% em dezembro de 2017) diferidos no montante de R\$ 256.376 (R\$ 271.840 em 2017) e não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstrar a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2018	2017
Ativo - Imposto de renda	-	8.055
Diferenças temporárias:	-	8.055
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	-	8.055
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	-	2.014
Ativo - Contribuição social	-	8.055
Diferenças temporárias:	-	8.055
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	-	8.055
Alíquota de contribuição social	15%	20%
Crédito tributário constituído	-	1.611
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 12 a)	-	3.625

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	2018	2017
Saldo inicial	3.625	948
Adições	-	2.677
Baixas	(3.625)	-
Saldo final	-	3.625

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2018	2017
Saldo inicial	77.641	63.635
Incorporação CCTVM (**)	-	5.216
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(21.279)	(4.450)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	(2.953)	5.942
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	18	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	(16.149)	7.298
Saldo final (*)	37.278	77.641

(*) Nota explicativa nº 12 b; (**) Saldo oriundo de incorporação realizada em 01/12/2017. **e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Ano	Valor contábil		
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	2018	2017
2018	-	-	3.625
Total	-	-	3.625

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.394 em 31 de dezembro de 2017

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Contraparte				
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	311.117	614.501	42.295	53.949
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	61	59	757	679
Depósitos à vista	(16)	(26)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(202)	20.798	(9.046)	9.080
Depósitos interfinanceiros	(55.443)	(118.066)	(4.335)	(5.653)
Societé Générale S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	-	-	-	186
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	(321)
Banco Cacique S.A.				
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	(19.646)
Societé Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	53.582	-	-	-

(continuação)



Banco Sociéte Générale Brasil S.A.

(pertencente ao Sistema Financeiro Sociéte Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2018			2017		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Sociéte Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2018	2017
Despesas de água, energia e gás.....	25	68	133
Despesas de material.....	63	106	108
Despesas de serviços técnicos especializados.....	5.633	12.272	13.104
Despesas de processamento de dados.....	3.483	6.632	6.258
Despesas de serviços do sistema financeiro.....	6.119	12.556	19.493
Despesas de alugueis.....	1.615	3.553	3.633
Despesas de serviços de terceiros.....	797	1.564	1.491
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	305	585	606
Despesas de comunicações.....	653	1.388	1.237
Despesas de contribuições filantrópicas.....	1.784	2.251	1.995
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	63	126	124
Despesas de arrendamento.....	15	30	31
Despesas de seguros.....	184	184	163
Despesas com entidades de classe.....	334	755	671
Despesas de propaganda e publicidade.....	71	137	149
Despesas de publicações.....	71	142	92
Despesas de transportes.....	207	425	221
Despesas de promoções e relações públicas.....	897	1.135	1.543
Despesas de viagem.....	849	1.669	1.071
Despesas de depreciação e amortização.....	871	1.777	1.474
Despesas com auditoria.....	595	905	859
Despesas com custas judiciais.....	7.517	13.821	1.606
Despesas com contingências cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	890	890	-
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior.....	32	73	21
Despesas com consultoria jurídica.....	3.516	7.577	-
Despesas pós incorporação de controlada.....	98	98	-
Outras.....	252	581	439
Total.....	36.939	71.300	56.522

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2018	2017
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	3.561	5.960	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	20.429	43.184	24.897
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	2.302	4.710	-
Atualização de créditos tributários.....	269	550	164
Atualização de depósitos judiciais.....	7.721	15.711	16.500
Atualização de depósitos trabalhistas.....	1.646	3.016	1.045
Atualização de depósitos cíveis.....	147	304	98
Atualização de contingências fiscais.....	24	24	98
Atualização de provisão de execução de sucumbência.....	-	-	23
Juros e multas.....	55	310	274
Receitas com cancelamento de contratos.....	-	22	-
Receitas pós incorporação de controlada.....	493	867	-
Prestação de serviços para o exterior.....	-	23	-
Levantamento depósitos judiciais.....	-	-	3
Variação cambial.....	15.073	15.079	2.545
Reversão de provisão de PIS COFINS.....	-	38	-
Reversão de provisão de plano de ações.....	-	347	-
Reversão de provisão de verbas indenizatórias.....	-	284	765
Reversão de provisão de execução de sucumbência.....	-	-	694
Receita sobre depósito judicial.....	478	478	-
Reversão de garantias prestadas.....	3.929	3.929	3.858
Reversão de provisão de garantias recebidas.....	-	96	13.075
Doações.....	-	100	-
Outras.....	163	220	283
Total.....	56.290	95.252	64.322

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2018	2017
Prestação de serviços no exterior.....	36.464	36.464	21
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	2.861	19.485	13
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	3.230	5.687	11.651
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	3	5.760	185
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	655	800	139
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	-	727	17.600
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	503	880	686
Provisão de garantias recebidas.....	-	-	23
Descontos concedidos.....	-	-	1.175
Variação cambial - DESPESA.....	26.739	31.723	21.256
Provisão para Garantias prestadas.....	1.122	1.881	964
Despesas com depósitos judiciais.....	-	2.426	1.431
Provisão de execução de sucumbência.....	-	-	671
Atualização de provisão de execução de sucumbência.....	-	-	23
Outras.....	-	59	119
Total.....	71.577	105.892	55.957

25. LIMITES OPERACIONAIS - Acordo da Basileia II - O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - definem a Parcela de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros e Parcela de Risco Operacional (RWAopad) • "Commodities" (RWAcom) e Câmbio (RWAcam); • Resolução nº 4.193/13 - define a • Apuração dos limites de Basileia II

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2018	2017
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado).....	PR	1.351.833	1.317.323
Patrimônio de Referência Exigido.....	PRE	538.900	450.150
Parcela do Risco das Posições "Banking Book".....	RBAN	32.913	5.790
Valor da margem.....		780.020	861.383
• Parcelas que compõem o PRE.....			

Parcela	Totais	% de consumo do PR	2017	
			Totais	% de consumo do PR
RWACPAD.....	314.153	23%	294.134	22%
RWACAM.....	7.613	1%	6.011	0%
RWAJUR1.....	43.978	3%	10.937	1%
RWAJUR2.....	130.582	10%	103.563	8%
RWAJUR3.....	977	0%	1.770	0%
PACS.....	-	0%	28	0%
RWAOPAD.....	41.597	3%	33.707	3%
• Extrapolação.....				

Índice alcançado..... 2018 21,64% 2017 27,07%

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Sociéte Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Sociéte Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Sociéte Générale (França). A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2018	2017
Plano de ações diferidas.....	1.847	1.917
Total.....	1.847	1.917
- Saldo no início do exercício.....	1.917	715
- Constituição.....	277	206
- Saldo incorporado Cacique.....	-	996
- Reversão.....	(347)	-
- Saldo no fim do exercício.....	1.847	1.917

27. OUTRAS INFORMAÇÕES - Plano de pensão - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 911 (R\$ 857 em 2017) e pelos funcionários R\$ 1.238 (R\$ 996 em 2017).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR - Leandro dos Santos - CRC - SP 262040/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e aos Administradores do Banco Sociéte Générale Brasil S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sociéte Générale Brasil S.A., ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sociéte Générale Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

ER

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Sociéte Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, composto por três diretores e se reporta diretamente à Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Sociéte Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao: • Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas; • Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos; • Avaliação da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em junho de 2018 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2018, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se: • Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras

de dezembro de 2018. • Acompanhamento do plano de auditoria interna. • Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa. • Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria. • Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06, através da emissão de dashboards mensais. • Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período. • Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2018.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019
Comitê de Auditoria

DCI. A MELHOR RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO QUANDO O ASSUNTO É PUBLICIDADE LEGAL

Acesse: dci.com.br/publicidadelegal

Ligue: 11 5095-5300

DCI Diário Comércio Indústria & Serviços

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.